

Educação Musical e TEA: um panorama das publicações nacionais

MUSIC EDUCATION AND ASD: AN OVERVIEW OF NATIONAL PUBLICATIONS

DANIELE PENDEZA Universidade Federal de Santa Maria – UFSM ▶ danielependeza@gmail.com

IARA CADORE DALLABRIDA Universidade Federal de Santa Maria – UFSM ▶ iara.ufsm@gmail.com

resumo

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica que teve como objetivo investigar a relação entre Educação Musical e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) em publicações realizadas nos portais da ABEM, ANPPOM, Capes, SciELO, SIMCAM e SIMPOM, nos últimos 10 anos. A pesquisa bibliográfica (Lima; Miotto, 2007) resultou no mapeamento de 19 textos referentes à temática estudada, os quais foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva (Moraes; Galliazi, 2011). Serão apresentados um breve panorama do entendimento das deficiências no Brasil, ancorado na legislação brasileira, o histórico e caracterização do TEA e, finalmente, resultados do mapeamento: quais instituições têm publicado nos últimos dez anos sobre a temática, quem são os autores mais citados nas publicações, quais as metodologias mais utilizadas e quais áreas de conhecimento têm embasado compreensões sobre o tema. As publicações mapeadas, sobre as quais se delineou a análise, apontam para a constante falta de rigor na constituição de metodologias de pesquisa. Concluiu-se que a díade Educação Musical e TEA ainda necessita de maior atenção por parte da comunidade acadêmica, a fim de possibilitar maiores oportunidades de educação musical aos indivíduos com o TEA.

PALAVRAS-CHAVE: educação musical, TEA, educação musical especial.

abstract

This article presents results of a bibliographic research that aimed to investigate the relation between music education and the Autism Spectrum Disorder (ASD) in publications available at the portals of ABEM, ANPPOM, Capes, SciELO, SIMCAM and SIMPOM, in the last 10 years. The bibliographic research (Lima; Miotto, 2007) resulted in the mapping of 19 texts about the thematic, which were analyzed through discursive textual analysis (Moraes; Galliazi, 2011). The article will present a brief overview of the understanding of disabilities in Brazil, linked to Brazilian legislation, the history and characterization of ASD, and, finally, the results: which institutions have published in the last ten years about the thematic, who are the most cited authors in publications, which are the most used methodologies and which areas of knowledge have grounded the understanding of the theme. The mapped publications, on which the analysis was

outlined, point to the constant lack of rigor in the establishment of research methodologies about the methodologies. It was concluded that the dyad music education and ASD still needs more attention from the academic community, in order to provide more opportunities of music education to subjects with ASD.

KEYWORDS: music education, ASD, special music education.

Aproximando Educação Musical e TEA

No decorrer de nossas atividades na docência em música, nos deparamos com desafios relacionados à atuação profissional junto a alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e daqueles surgiam questionamentos: em que consiste esse transtorno? Quais as possibilidades e limites relacionados à educação musical de alunos com autismo? Quais metodologias contribuem para construir conhecimentos musicais junto a eles? Considerando que a formação na licenciatura em música não visa a aprofundar essas questões, e que a formação continuada é necessária ao desenvolvimento profissional, realizamos cursos de aperfeiçoamento em outras áreas do conhecimento e, nesse percurso, encontramos dificuldades no acesso a materiais e referenciais específicos que pudessem fundamentar os planejamentos das aulas, considerando as relações entre TEA e Educação Musical¹.

Acreditamos que a falta de materiais e pesquisas em Educação Musical e TEA seja uma decorrência histórica de como esses dois assuntos têm sido desenvolvidos no Brasil, pois, apesar de o TEA ser abordado desde 1943, nos estudos do pediatra Leo Kanner, as pessoas com TEA foram consideradas pessoas com deficiência apenas no ano de 2012, com a Lei n. 12.764 (Brasil, 2012). Esse fato corrobora para evidenciar o atraso em pesquisas, assim como a falta de materiais didáticos e ambientes devidamente capacitados para receber essas pessoas, sejam escolas, sejam clínicas especializadas e até mesmo lares com assistência a adultos que não têm aptidão para viverem sozinhos.

No que tange à Educação Musical Especial também existem poucos estudos em nosso país, deixando essa especificidade da Educação Musical a descoberto, fato este que podemos constatar a partir das pesquisas de Fernandes (2000), que realizou um mapeamento de dissertações e teses brasileiras compreendidas entre os anos de 1997 e 2005; Santos (2003), que propôs um levantamento bibliográfico com a finalidade de ampliar o já encontrado por Fernandes (2000), acrescentando a produção de conhecimento em Educação Musical nas publicações nacionais e regionais da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), nos anos de 2000 a 2002; Morales e Bellochio (2009), que investigaram a relação entre Educação Musical e Educação Especial nas comunicações orais dos anais da ABEM entre os anos de 2002 e 2008; Rodrigues (2009), que, através de uma revisão sistemática da literatura, buscou na Biblioteca Virtual em Saúde as intervenções musicais realizadas em casos de autismo, abrangendo estudos teóricos e empíricos, fossem estes brasileiros ou não, entre os anos de

1. Educação Musical será grafado com iniciais maiúsculas para referir a área de estudos. Iniciará com letras minúsculas quando fizer referência a processos educativos em música.

2000 e 2009; e Gums e Schambeck (2014), que analisaram produções *online* que envolvessem as áreas de Música e Educação Especial publicadas nos anais da ABEM, entre os anos de 2001 e 2012.

Com base no panorama de pesquisas mencionado, é possível concluir que a proposta de intervenção da Educação Musical com pessoas com TEA faz parte do cotidiano dos professores de música e, conforme apontam as investigações, esse tema ainda carece de aprofundamento. Assim, buscamos realizar uma pesquisa que possibilitasse tecer algumas compreensões acerca de como o TEA está sendo significado nos últimos dez anos e como tem construído relações com a Educação Musical. Nesse mesmo viés, educadores musicais poderiam tomar a investigação como ponto de partida para chegar às publicações recentes que têm abordado este tema – Educação Musical e TEA – a fim de conhecerem e aprofundarem-se, ampliando suas possibilidades de atuação profissional.

A partir disso, realizamos uma pesquisa bibliográfica a fim de mapear e analisar publicações científicas que tematizassem a relação entre Educação Musical e TEA nos portais da ABEM, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Simpósio de Cognição e Artes Musicais (SIMCAM) e Simpósio Brasileiro de Pós-Graduandos em Música (SIMPOM), relacionando aspectos históricos da educação ao movimento de produção sobre essa relação, no período de 2005 a 2015. Os referidos portais foram selecionados por constituírem espaços expressivos de publicações das áreas de Educação Musical e Educação Especial.

A pesquisa bibliográfica foi embasada na proposta de Lima e Mito (2007), que estenderam os estudos iniciais realizados por Salvador (1986). É importante salientar que esse tipo de pesquisa se diferencia da revisão bibliográfica, pois esta última “é pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (Lima; Mito, 2007, p. 38). Destarte, as autoras indicam cinco fases de leitura, que foram realizadas no desenvolver da pesquisa aqui relatada: leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva ou crítica e leitura interpretativa.

A leitura exploratória foi realizada sobre pesquisas que envolvessem Educação Musical e TEA, selecionadas dos portais da ABEM, ANPPOM, Capes, SciELO, SIMCAM e SIMPOM. As palavras-chave pesquisadas, e que deveriam constar nos textos a fim de que se restringisse o campo da pesquisa, foram: TEA; autismo; TGD; educação musical; educação musical especial. Estas foram inseridas em plataformas de busca dos portais selecionados e, a partir dos resultados, foi realizada a próxima etapa da pesquisa, a leitura seletiva dos materiais, que correspondeu à leitura de textos selecionados pelas palavras-chave, sendo que, destes, alguns foram retirados por não tratarem diretamente do tema estudado. O total de textos que permaneceram foi 19, sobre os quais realizamos a leitura crítica, que envolveu a produção de fichas de leitura, das quais emergiram categorias de análise utilizadas na leitura interpretativa dos dados, para o estabelecimento de relações entre os trabalhos investigados.

Essa última etapa foi embasada na Análise Textual Discursiva, que pretende construir novas compreensões e olhares acerca dos fenômenos e discursos encontrados no *corpus textual* (Moares; Galliazzi, 2011), que, no caso desta pesquisa, corresponde aos 19 textos selecionados no mapeamento. Os processos para tal análise envolveram a desmontagem dos textos através de leitura, análise e entre os diversos textos, formando categorias; nomeação das categorias emergentes e, por fim, criação do metatexto e interpretação dos dados obtidos. Os autores nomeiam essas fases de unitarização, categorização e captação do emergente.

Os resultados iniciais produzidos na pesquisa, concernentes ao mapeamento, serão apresentados a seguir. Antes, porém, é necessária uma breve contextualização histórica acerca das pessoas com deficiência no Brasil e, mais especificamente, sobre o TEA.

As pessoas com deficiência: olhares históricos

Mais do que simples mudanças de nomenclatura, os termos utilizados no decorrer dos anos para referir as pessoas com deficiência remetem aos olhares históricos que foram lançados sobre esses indivíduos. Desde 1824, com a primeira Constituição Brasileira, a educação tem sido oferecida como direito de todos os cidadãos, porém, no que concerne às pessoas com deficiência, os instrumentos legais tendiam pelo tolhimento de seus direitos (Brasil, 1824). Nesse período, esses indivíduos eram chamados de **pessoas com incapacidade física ou moral**², cujas deficiências eram ressaltadas acima de qualquer outra característica, prática que seguiu por muitas décadas.

No ano de 1890 eram encontrados alguns asilos e hospícios nas grandes cidades, sendo relegados aos deficientes que residiam no interior o espaço das cadeias. Foi apenas em 1903, no Distrito Federal (na época, Rio de Janeiro), que foi criada a Primeira Escola Especial para Crianças Anormais, o Pavilhão Bourneville, que fazia parte do Hospício Nacional de Alienados. O Pavilhão oferecia cuidados médicos e pedagógicos às crianças denominadas **anormais** (Müller, 2000).

Em 1911, com a instituição da Lei Rivadavia Corrêa, o Estado se distanciou da educação, abstendo-se de muitos dos deveres promulgados na Constituição anterior e dando liberdade à criação e autogestão de escolas particulares. Sob o ato do poder executivo com o decreto n. 838, de 20 de outubro de 1911, propunha-se a criação de classes especiais que separassem os **retardados** dos **sadios**.

Até a década de 1930, a assistência educacional para pessoas com deficiência era abarcada por escolas atreladas a hospitais, entidades filantrópicas e clínicas particulares recém-surgidas, cuja motivação assistencialista proveio de grupos isolados que possuíam vínculo familiar com aquelas pessoas. Esse fato levou, em 1954, à fundação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), instituição propulsora da educação especial,

2. A utilização de destaque nas palavras é recursiva, tendo como objetivo chamar atenção para as nomenclaturas dirigidas às pessoas com deficiência no decorrer da história.

abrangendo a saúde e a educação dos então ditos **excepcionais**. É importante salientar que nesse período a preocupação com esses indivíduos deixava de centrar-se unicamente no cuidado, considerando também as possibilidades de educação dos mesmos, o que podemos entender como avanços na área.

Mesmo transcorrido um século desde as primeiras documentações acerca da assistência às pessoas com deficiência (denominadas de formas diversas, segundo o contexto histórico das épocas), foi apenas em 1961, com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei n. 4.024/61), que o ensino dos excepcionais foi incluído legalmente, por meio dos artigos 88 e 89, juntamente com as classes comuns e a previsão de subsídios governamentais para a iniciativa privada que favorecesse esse público (Brasil, 1961). Dez anos depois, foi promulgada nova LDB, que expunha em seu artigo 9º que “alunos que apresentassem **deficiências físicas ou mentais**, os que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deveriam receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação” (Brasil, 1971).

A Constituição Brasileira de 1988, vigente até os dias de hoje, retoma, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos, e, no artigo 208, inclui as **pessoas portadoras de necessidades especiais**, garantindo-lhes o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988).

Após a influência da Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (1990) e da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (1994), as políticas inclusivas brasileiras sofreram avanços, culminando, em 1996, na reformulação da LDB, Lei n. 9.394/96, marco inicial dos processos inclusivos das pessoas com necessidades educacionais especiais. Na lei, foram apontadas algumas diretrizes para os indivíduos-alvo da educação especial, especificamente nos artigos de número 58, 59 e 60, que garantem educação pública independente de apoio dado às instituições de iniciativa privada, deixando evidente que a oferta da educação especial passa a ser dever do Estado (Brasil, 1996).

Em 2001 foram homologadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que dispõem sobre formação de professores, adaptação de currículo e espaço físico das instituições, e profissionalização do **aluno com necessidades educacionais especiais** (Brasil, 2001).

Em 2008 foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que apresenta um apanhado histórico do assunto no Brasil, segundo o MEC, e

tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos **alunos com deficiência**, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais. (Brasil, 2008)

A partir dos marcos históricos apontados, é possível compreender alguns significados sociais construídos acerca das **pessoas com deficiência**, terminologia usada atualmente e

cunhada no ano de 2008, como referido anteriormente. Isso vem a influenciar diretamente as pessoas com TEA, consideradas pessoas com deficiência e detentoras dos direitos legais que esse título lhes assegura.

Transtorno do Espectro Autista

Os estudos sobre o TEA tiveram seus primeiros registros em 1911, quando o psiquiatra suíço Eugene Bleuler utilizou o termo autismo pela primeira vez, que vem do grego *autos* e significa “em si mesmo”, referindo-se a sujeitos retraídos e com dificuldades de efetivar contato com o mundo exterior ao seu.

No ano 1943, o significado que é atribuído atualmente a autismo foi concebido pelo psiquiatra austríaco Leo Kanner, que observou 11 crianças que apresentavam incapacidades profundas no relacionamento com outros indivíduos desde tenra idade, além de alterações na linguagem, ausência de contato visual, distúrbios alimentares, apego a rotinas, maior interesse em objetos do que em pessoas, ecolalia e estereotipia (Araujo, 2000, p. 11).

Em 1944, o pediatra austríaco Hans Asperger escreveu sobre “a psicopatia autista na infância”, relato sobre quando observou alguns meninos que aparentavam falta de empatia, dificuldades em fazer amizades, em manter conversações quando o assunto fugia de seu interesse, assim como prejuízos na motricidade, além de grandes capacidades de memorização e conhecimentos profundos sobre áreas do seu interesse (Pereira, 2007, p. 17).

Naquele momento, o autismo era tratado como uma condição rara e suas causas eram atribuídas à inaptidão de pais frios e intelectualizados, que não eram capazes de criar seus filhos de forma adequada. Atualmente, sabe-se que as causas do autismo envolvem questões tanto genéticas quanto ambientais, orientando, assim, para uma abordagem cognitivista do transtorno.

Na década de 1970 o psicólogo infantil Michael Rutter definiu o autismo como uma síndrome comportamental de um quadro orgânico (Araujo, 2000). No mesmo período a psiquiatra inglesa Lorna Wing identificou prejuízos característicos do autismo que envolvem as áreas da comunicação, interação social e uso da imaginação (Araujo, 2000, p. 17). Diversos pesquisadores postulam teorias e lideram investigações a fim de encontrar as causas do autismo, entretanto, ainda não existem marcadores que possam dizer de forma objetiva os agentes que geram o transtorno. O diagnóstico é dado através de observação clínica do comportamento da criança e de entrevista com os pais, sendo baseado nos critérios apresentados no DSM 5 (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders 5*) e no CID 10 (Código Internacional de Doenças).

Tomando como base o DSM 5, os déficits sociocomunicativos e comportamentos restritos devem estar presentes desde os primeiros meses de vida para que se configure o diagnóstico do TEA. A prevalência do transtorno envolve cerca de 1% da população, sendo os sintomas quatro vezes (4:1) mais comuns em meninos do que em meninas (APA, 2014, p. 50-59).

Apesar do crescente interesse pelo tema, as pesquisas sobre o TEA em nosso país ainda estão em processo de consolidação e um dos fatores que corroboram isso é que, em 27 de dezembro de 2012, o Congresso Nacional aprovou uma lei específica para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, a Lei Berenice Piana (Lei n. 12.764/2012). Essa lei reconhece a pessoa com autismo como pessoa com deficiência, garantindo-lhe, assim, os suportes legais que tal denominação acarreta, além de primar pela inclusão na escola e na vida profissional (Brasil, 2012).

Após traçarmos um panorama histórico acerca das pessoas com deficiência e, especificamente, do TEA, é possível compreendermos o porquê de as pesquisas sobre as relações entre TEA e Educação Musical serem escassas e as práticas docentes em música junto a indivíduos com autismo ainda serem desafios que requerem formação e estudos aprofundados. A seguir, apresentaremos as publicações dos últimos dez anos, mapeadas dos portais da ABEM, ANPPOM, Capes, SciELO, SIMCAM e SIMPOM, que tematizaram essa relação, bem como quais metodologias vêm sendo desenvolvidas, autores referenciados e áreas que embasam as perspectivas das publicações apresentadas.

Publicações sobre Educação Musical e TEA

Por meio do mapeamento realizado nos portais examinados, no período de 2005 a 2015, foram selecionados 19 artigos que possuíam as palavras-chave pré-determinadas. Esse *corpus textual* foi produzido por 11 universidades, como podemos visualizar no Gráfico 1, no qual estão exibidas as instituições de acordo com o número de publicações encontradas, sendo que as principais expoentes são a Universidade Estadual do Pará (UEPA), com três publicações, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), ambas com cinco publicações cada.

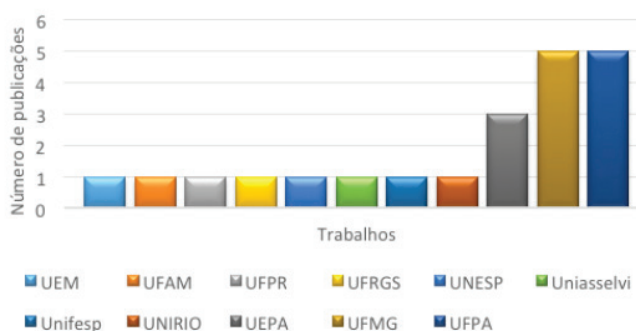


GRÁFICO 1

Publicações por instituição

Apesar de os anos de 2007 e 2009 não apresentarem material publicado nos portais pesquisados, a ilustração do Gráfico 2 possibilita perceber um crescimento numérico de publicações: os primeiros cinco anos (2005 a 2010) somam cinco publicações, ao passo que nos últimos cinco anos (2011 a 2015) foram mapeados 14 artigos. O histórico apresentado

anteriormente possibilita compreendermos que, à medida que o TEA foi recebendo maior atenção da comunidade, sobretudo acadêmica e médica, as publicações acompanharam esse crescimento.

Somando ao exposto, atentamos para o ano 2013, que marca o maior número de publicações em relação aos outros períodos. Uma explicação possível para esse fato está relacionada à Lei Berenice Piana, que passou a ter efetividade em fins do ano 2012, o que gerou discussões prévias em todo o território nacional acerca do TEA nos anos imediatamente anterior (2011, enquanto projetada a Lei) e posterior (2013, momento em que ela foi posta em vigor).

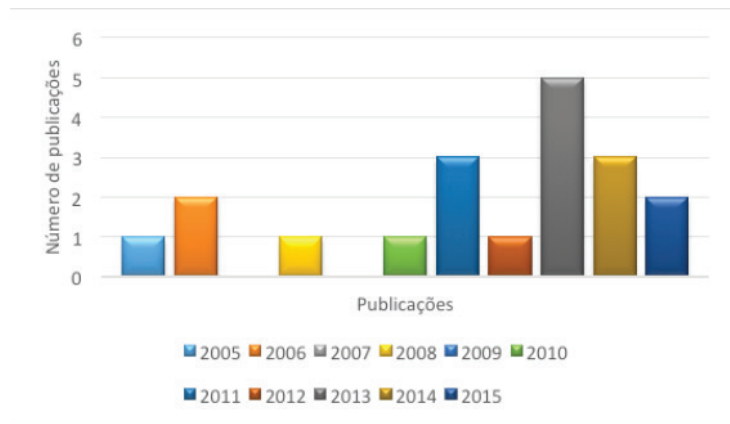


GRÁFICO 2

Publicações por ano

Diante do exposto, é possível verificar a influência das políticas públicas na produção de temas de reflexão e, conseqüentemente, nas publicações científicas. Tal assertiva foi corroborada por Bellochio (2015), que investigou as relações entre Educação Musical e Pedagogia expressas em publicações nos anais da ABEM, dos anos 2001 a 2011, concluindo que as políticas brasileiras são “elementos que impulsionam as pesquisas e relatos de práticas na temática estudada/pesquisada” (Bellochio, 2015, p. 7). Entretanto, a autora aponta para uma característica que, ao nosso ver, pode estar presente nas publicações em todas as áreas de conhecimento: a dispersão temática, que tem como evidência a oscilação no número de textos publicados a cada ano, provocada pela alteração dos temas de pesquisa dos autores. Embora ressalve que “para inovar um tema de pesquisa é necessário transformações no curso da pesquisa” (p. 5), Bellochio aponta que

neste momento, entendemos duas características da dispersão: uma primeira que se refere a não relação clara entre as palavras-chave/indicadores e o conteúdo do texto publicado e, uma segunda, expressa na troca de temas de pesquisa por pesquisadores que se mantêm nos congressos, discutindo, mas alteram seus temas ano a ano. (Bellochio, 2015, p. 5)

Conforme apontado no gráfico anterior, os anos 2014 e 2015 apresentaram números de publicações decrescentes, e a dispersão temática pode estar a conduzir essa diminuição. Se, por um lado, percebemos autores que publicam constantemente sobre as relações entre

Educação Musical e TEA, também é possível verificar que outros publicam uma única vez e, em produções posteriores, focalizam outros temas de estudo. Nesse sentido, apontamos a seguir os autores que têm publicado acerca da temática focalizada em nossa pesquisa.

Quem são os autores?

Nos 19 textos publicados entre 2005 e 2015, identificamos um total de 22 autores, dos quais 16 aparecem uma vez e seis têm a incidência exposta no Gráfico 3. Os pesquisadores que têm publicado longitudinalmente acerca das relações entre Educação Musical e TEA são De Freitas e Rodrigues, que totalizaram seis publicações cada, no período estudado. A universidade a que esses autores estão vinculados (UFPA) corrobora os dados apresentados no Gráfico 1, das instituições expoentes dentre as publicações pesquisadas.

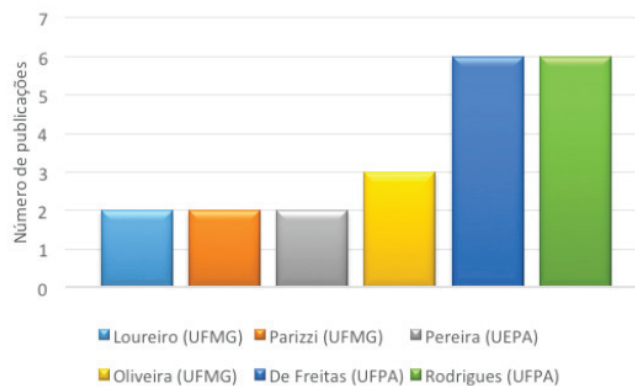


GRÁFICO 3

Publicações por autor

Sobre a formação dos autores, os dados apontam que 16 deles possuem formação em música e seis são da área da Psicologia, sendo essas as duas únicas grandes áreas que são identificadas nos perfis dos autores. Sobre o seu grau de instrução, é possível visualizar que eles são variados: cinco deles possuem graduação, um, especialização, nove concluíram o mestrado, quatro têm o grau de doutor e três deles são Ph.D. (*Philosophiae Doctor*).

Apresentaremos a seguir as metodologias que foram relatadas nas publicações mapeadas. Essa categoria emergiu da análise dos textos, quando buscamos compreender quais são os caminhos que têm orientado as pesquisas que tematizam Educação Musical e TEA e quais processos estão imbricados nessas investigações. Também indicaremos aportes teóricos que têm fundamentado as publicações, apontando, inclusive, para ideias de senso comum que são mencionadas nos textos.

Metodologia e aportes teóricos

A metodologia se ocupa de técnicas e processos que envolvem o método para a produção científica, ou seja, “é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 11). O método é o caminho para se chegar ao objetivo

da problemática da pesquisa, envolvendo o conjunto de dados operacionais que guiam a coleta e análise de dados.

Quanto maior a atenção despendida ao processo de construção dessa etapa, maior a credibilidade na formulação e resolução do problema proposto na pesquisa. A avaliação desse procedimento se faz útil para aqueles que trabalham em revisões de trabalhos científicos e, principalmente, para pesquisadores iniciantes, pois, através de um olhar crítico, a qualidade das pesquisas poderá ser cada vez mais confiável.

Dado o crescimento de investigações que seguem a abordagem qualitativa, o rigor metodológico investido nas produções científicas vem sendo averiguado com maior atenção. Hoppen et al. (1996) constataram, a partir de uma revisão de artigos, que nas metodologias “faltam critérios mais precisos e disponíveis, de modo a abranger todas as dimensões da qualidade de uma pesquisa e evitar que alguns critérios sejam esquecidos ou negligenciados” (Hoppen et al., 1996, p. 10).

Segundo esses autores, o método deveria ser pertinente à pesquisa, planejado e estudado segundo os objetivos, a abordagem e o desenvolvimento desta, e não escolhido de forma aleatória ou mesmo sem reflexão. Isso envolve desde os procedimentos iniciais de revisão bibliográfica até os instrumentos utilizados para produção e análise de dados, sendo que todas as fases do processo receberiam atenção minuciosa.

A falta de rigor metodológico é um reflexo do próprio sistema educacional, pois diversos cursos exigem pesquisa sem elucidar os caminhos para tal atividade. Por isso,

(...) para assegurar a qualidade da pesquisa em educação, é preciso promover o debate nas universidades, nas escolas, nas agências de fomento, nas revistas, na *internet*, de modo a criar meios para que possam emergir concepções consensuais do que seja uma “boa” ou uma “má” pesquisa. (André, 2001, p. 52)

No que tange às metodologias desenvolvidas nas 19 publicações mapeadas, encontramos: estudo de caso, pesquisa exploratória, pesquisa bibliográfica, relato de experiência e revisão bibliográfica; por fim, existem trabalhos que não relatam ou identificam suas metodologias. Abaixo, no Gráfico 4, estão ilustradas as incidências das metodologias.

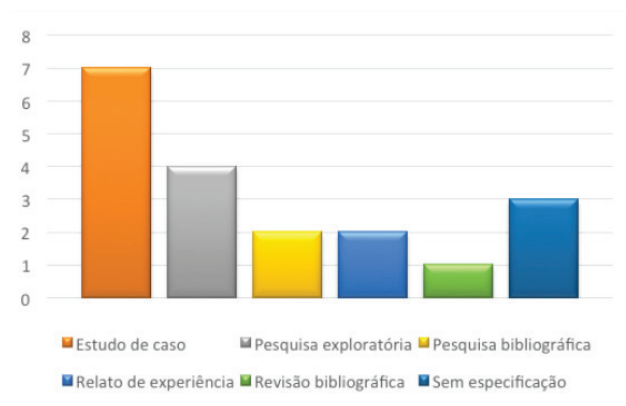


GRÁFICO 4

Metodologias utilizadas

Os estudos que não apresentam especificações metodológicas também carecem de informações teóricas e de consistência em suas conclusões. Outro equívoco é com relação à diferenciação entre a intervenção musicoterápica e a educação musical especial, sendo estas duas propostas parecidas, mas que diferem essencialmente em seus objetivos, pois

Enquanto a musicoterapia usa a música como recurso terapêutico, seja na busca de satisfação, da saúde física, da adaptação social ou até mesmo da cura (Bruscia, 2000, citado por Chagas, 2008, p. 46); a educação musical para crianças com necessidades educacionais especiais visa o aprendizado de música por meio de uma transformação qualitativa a cerca do conhecimento em música como acredito ser o objetivo da educação musical de uma forma geral. (Gomes, 2010, p. 459)

O uso do senso comum como sendo de base científica também está presente quando se apresentam dados sobre terapias possíveis para pessoas com TEA. Queiroz (2013), que investigou aspectos gerais acerca do autismo, seguidos de um breve relato de experiência, afirma que a fonoterapia só é possível quando a pessoa já é capaz de falar. Entretanto, essa abordagem é voltada para o tratamento e prevenção de problemas relacionados à comunicação e à linguagem, e não se restringe à fala. Ainda, atentamos que a intervenção realizada por fonoaudiólogos é de fundamental importância, quando consideramos que

(...) é significativo notar que todas as descrições de crianças autistas incluem alterações importantes de linguagem, especialmente no que diz respeito a seu aspecto funcional. A questão da comunicação dessas crianças representa provavelmente o seu distúrbio mais importante (...). (Silva et al., 2007, p. 323)

Na categoria observada, também percebemos a ausência de dados relevantes para o entendimento da pesquisa, como especificações sobre como as turmas interagem com a pessoa com TEA, descrições dos ambientes onde ocorreram as intervenções, informações sobre a estrutura das aulas e, principalmente, o grau de autismo dos investigados. Oliveira (2014), que investigou os possíveis benefícios gerados pela educação musical no desenvolvimento da criança com TEA, comenta, ao final do relato, que as mães das crianças participaram da intervenção, informação que modifica os modos de compreender os resultados de pesquisa. Entretanto, a autora não aprofundou ou relatou como essa participação influenciou no processo investigativo.

A relação entre a Educação Musical e o TEA é, muitas vezes, idealizada, sendo apresentada como algo que é capaz de melhorar o quadro diagnóstico de forma consistente. Rodrigues e DeFreitas (2014) afirmam que pessoas com autismo são *boas em música*, mas o que se tem cientificamente comprovado até o momento é a presença de *ilhas de habilidade* que, em alguns casos, envolvem a música (Sacks, 1995), ocorrendo em alguns indivíduos, não existindo estudos que comprovem a incidência de habilidades e interesses musicais na maioria dos indivíduos com TEA.

As publicações de Loureiro (2006), Guimarães (2008), Rodrigues e DeFreitas (2013) e Nascimento et al. (2015) apresentam os referenciais teóricos, metodologias e detalhamentos acerca da produção de dados de forma elucidativa e, ao nosso ver, consistente para o

entendimento das pesquisas. Essa consistência pode ser relacionada a algumas verificações, dentre as quais: a) a revisão de literatura “conversa” diretamente com o objetivo da pesquisa, a fim de que suas questões possam ser respondidas; b) a metodologia descreve o processo que foi ou será realizado a fim de efetivar a investigação; e c) os dados produzidos conduzem à compreensão de como se chegou às conclusões, tal como pode ser observado na publicação de Nascimento et al. (2015), que apresentam todas as fases de coleta e análise dos dados.

Acreditamos que as publicações mencionadas no parágrafo anterior sejam referências sobre como uma pesquisa pode ser organizada e apresentada, haja vista que conduzem o leitor a compreender o processo de investigação e os caminhos trilhados pelo pesquisador, acrescentando conhecimentos proeminentes para o seguimento dos estudos em Educação Musical e TEA.

Todas as publicações citaram autores que corroboraram ou contrapuseram ideias apresentadas. Dentre os mais citados, estão a legislação brasileira, APA (2013), Benenzon (1988), Bruscia (1981), Gainza (1988), Gardner (2002), Gattino (2009), Gauderer (1997), Kanner (1943), Kim et al. (2009), Klin (2006), Louro (2006), Piaget (1990), Sacks (1995) e Swanwick (1989)³.

Esses referenciais estiveram relacionados a diversas áreas de pesquisa, as quais estão dispostas no Quadro 1. Das mais recorrentes que embasam as revisões de literatura, estão **cognição, desenvolvimento global, educação especial, educação musical especial, educação musical, inclusão, musicoterapia, psicologia, psicomotricidade e o TEA.**

Aprendizagem musical	Habilidades sociais	Pedagogia da música
Avaliação	Inclusão	Psicanálise
Cognição	Legislação	Psicologia
Comunicação	Linguagem	Psicologia da música
Cotidiano escolar	Ludicidade	Psicologia do desenvolvimento
Deficiência	Manuais de doenças	Psicomotricidade
Desenvolvimento global	Medicina	Psicopedagogia
Desenvolvimento infantil	Metodologia científica	Psicopedagogia musical
Desenvolvimento motor	Música e saúde	Psicoterapia
Desenvolvimento musical	Música na família	Psiquiatria
Desenvolvimento sensório-motor	Musicalização infantil	Sociologia
Dicionário da língua portuguesa	Musicoterapia	TEA
Educação especial	Neuroaprendizagem	Teorias da aprendizagem
Educação inclusiva	Neurociência	Terapia ocupacional
Educação musical	Neurologia	
Educação musical especial	Neuromusicologia	
Epistemologia	Partitura	
Filosofia	Pedagogia	

QUADRO 1

Áreas do conhecimento presentes nas bibliografias

3. N. da E.: Autores citados nos trabalhos analisados pelas autoras.

É importante frisar que a maior parte dos referenciais são de língua estrangeira, majoritariamente o inglês, corroborando as pesquisas que apontam a escassa produção científica sobre o TEA e a Educação Musical, bem como sobre a Educação Musical Especial, no Brasil.

Considerações finais

O presente estudo se fundamentou na nossa necessidade de compreender o que tem sido pesquisado e publicado acerca da relação entre Educação Musical e TEA, sobretudo nos últimos dez anos, nos portais da ABEM, ANPPOM, Capes, SciELO, SIMCAM e SIMPOM, expressivos no meio acadêmico na área de Educação Musical. Dos anos 2005 a 2015, 19 trabalhos foram encontrados, os quais mostraram que as produções que tratam da díade Educação Musical e TEA vêm sendo realizadas por educadores musicais e psicólogos, principalmente.

As instituições que têm publicado longitudinalmente acerca da temática são a UFMG, a UEPA e a UFPA, merecendo destaque a Região Norte brasileira no fomento de discussões acerca da relação entre Educação Musical e TEA.

Apontamos para o ano 2013, que concentrou o maior número de publicações acerca da temática, seguido de 2011, e atribuímos esse fato à Lei Berenice Piana, que passou a ter efetividade em fins do ano de 2012, o que gerou discussões prévias em todo o território nacional acerca do TEA nos anos imediatamente anterior (2011, enquanto projetada a Lei) e posterior (2013, momento em que ela foi posta em vigor). Também é notório que, após o ano 2013, as publicações decresceram, o que pode indicar uma dispersão temática nas publicações mapeadas.

Em algumas dessas publicações, observamos a escassez de dados sobre os participantes das pesquisas – seu contexto social, terapias das quais participam e, principalmente, o respectivo grau de autismo – aspectos que podem modificar a abordagem que conduz a intervenção. Os textos também careceram de maiores informações sobre as aulas/intervenções, sobre seu caráter prático e estrutural, a fim de que isso pudesse auxiliar os professores de música que venham a trabalhar junto a alunos com autismo.

Sobre os referenciais que embasaram os 19 artigos encontrados, pudemos perceber a multidisciplinaridade de forma evidente. Um próximo passo seria ir além da pesquisa em outros campos e aprofundar a conversa com outros profissionais de forma mais direta, para que, futuramente, se realize a tão almejada transdisciplinaridade. Isso beneficiaria em muito as pessoas com TEA, pois os profissionais estariam mais alinhados e conhecedores das possibilidades que trazem efetividade no trato com esse público.

Quando olhamos para os aspectos históricos acerca do TEA e da Educação Musical Especial no Brasil, percebemos que mudanças positivas já foram alcançadas, entretanto, estamos caminhando a passos lentos, pois, se a intervenção precoce é fundamental para um

bom prognóstico, a continuidade dessa rede de proteção também é essencial para que esses sujeitos alcancem autonomia necessária em todas as fases de suas vidas.

A relação entre TEA e Educação Musical ainda é pouco investigada no Brasil, como já apontado nas pesquisas de Fernandes (2000), Santos (2003), Morales e Bellochio (2009), Rodrigues (2009) e Gums e Schambeck (2014). Além disso, a partir do material encontrado na pesquisa bibliográfica aqui relatada, percebemos diversos pontos que necessitam ser melhorados nas produções científicas. Acreditamos que, com a realização de pesquisas como esta, que se propôs a analisar o que está sendo publicado, é possível criticar e, conseqüentemente, refletir sobre e melhorar as condições de realização e apresentação das pesquisas.

Referências

- ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 51-63, jul. 2001.
- APA. ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 5. Ed. Traduzido para o português por Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica de Aristides Volpato Cardioli et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- ARAUJO, C. A. *O processo de individuação no autismo*. São Paulo: Memnon, 2000.
- BELLOCHIO, C. R. Educação Musical e pedagogia: mapeamento e Anais da ABEM (2001-2011). XXII CONGRESSO DA ABEM, 22., 2015, Natal. *Anais...* Natal: ABEM, 2015. p. 1-15.
- BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Rio de Janeiro, 1824. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824*. p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 04 set. 2015.
- BRASIL. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 28 dez. 1961.
- BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 12 ago. 1971.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2015.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes educacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 28 dez. 2012.
- FERNANDES, J. N. Pesquisa em Educação Musical: situação do campo nas dissertações e teses dos cursos de pós-graduação stricto sensu em Educação. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, n. 5, p. 45-57, set. 2000.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 páginas.
- GOMES, J. M. O Aprendizado de Música por Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. In: SIMPÓSIO DE COGNIÇÃO E ARTES MUSICAIS, 6., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ABCM, 2010. p. 458-471.
- GUIMARÃES, P. S. *Tecendo sons e palavras: Oficina de música dirigida à portadores de distúrbios graves*.

2008. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2008.
- GUMS, L. M.; SCHAMBECK, R. F. Música e Educação Especial: produções online nas revistas e anais de encontros/congressos da ABEM (1992 - 2012). In: ENCONTRO REGIONAL SUL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 16., 2014, Blumenau. *Anais...* Blumenau: ABEM, 2014.
- HOPPEN, N. et al. Um guia para avaliação de artigos de pesquisa em Sistemas de Informação. *Revista Eletrônica de Administração*, n. 3, 1996. Disponível em <<http://read.ea.ufrgs.br>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Rev. Katál.*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.
- LOUREIRO, C. M. V. *Musicoterapia na educação musical especial de portadores de atraso do desenvolvimento leve e moderado na rede regular de ensino*. 2006. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. *Análise Textual Discursiva*. 2 ed. revisada. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.
- MORALES, D. dos S.; BELLOCHIO, C. R. A educação musical especial em produções dos Encontros Nacionais da ABEM. In: ENCONTRO ANUAL DA ABEM, 18., E SIMPÓSIO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 15., 2009, Londrina. *Anais...* Londrina: ABEM, 2009. p. 114- 126.
- MÜLLER, T. M. P. A primeira escola para crianças anormais do Distrito Federal: o Pavilhão Bourneville (1903 - 1920). *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, UNESP, v. 6, n. 1, p. 70- 98, 2000.
- NASCIMENTO, P. S. et al. Comportamentos de crianças do Espectro do Autismo com seus pares no contexto de educação musical. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 21, p. 93-110, 2015.
- OLIVEIRA, G. C. Uma proposta para avaliação do desenvolvimento musical de crianças autistas. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 3., 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.
- PEREIRA, A. M. *Autismo infantil: tradução e validação da CARS (Childhood autism rating scale) para uso no Brasil*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas: Pediatria) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- QUEIROZ, I. C. S. O autismo: aspectos gerais e um breve relato de experiência. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 20., 2013, Belém. *Anais...* Belém: ABEM, 2013.
- RODRIGUES, J. C. *Musicalização de crianças e adolescentes com diagnóstico de autismo*. 2009. 57 f. Monografia (Licenciatura Plena em Música) – Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2009.
- RODRIGUES, J. C.; DEFREITAS, A. D. Contribuições do aprendizado musical para o desenvolvimento da área psicomotora de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo. In: IX Simpósio de Cognição e Artes Musicais, 9., 2013, Belém. *Anais...* Belém; ABCM, 2013. p. 194-202.
- RODRIGUES, J. C.; DEFREITAS, A. D. O processo de formação em música de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo no curso técnico da Escola de Música da Universidade Federal do Pará: o olhar do estudante com TEA e sua cuidadora. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 24., 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPPOM, 2014.
- SACKS, O. *Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SALVADOR, A. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*. Porto Alegre: Sulina, 1986.
- SANTOS, R. M. A produção de conhecimento em educação musical no Brasil: balanço e perspectivas. *Opus*, Campinas, n. 9, p. 49-72, dez. 2003.
- SILVA, R. A. et al. Distúrbio de Linguagem como parte de um transtorno global do desenvolvimento: descrição de um processo terapêutico fonoaudiológico. *Rev Soc Bras Fonoaudiol.*, v. 12, n. 4, p. 322-328, 2007.

Recebido em
10/01/2016

Aprovado em
11/11/2016

Daniele Pendeza é Bacharel em Canto (2011) e Licenciada em Música (2015) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Psicopedagogia Institucional (2014) pela Universidade Católica Dom Bosco. Atualmente, é pós-graduanda em Educação na Perspectiva do Ensino Estruturado para Autistas, pela Infoco/Uniapae, participante do grupo de pesquisa Educação Especial e Autismo (EdEA) da UFSM e mestranda em Educação pela UFSM, na linha de pesquisa de Educação Especial.

Iara Cadore Dallabrida é Licenciada em Música pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), especialista em Docência no Ensino Superior pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), mestre em Educação pela UFSM e doutoranda em Educação na UFSM. É Diretora de Cultura do município de Panambi-RS e participa do grupo de pesquisa Formação, Ação e Pesquisa em Educação Musical (FAPEM/UFSM).